

Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação tem alta de 7,2% e bate recorde em agosto..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação desacelera, mas bate recorde para agosto..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Aliado de Bolsonaro dá cargo para mulher de Lira..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresa que distribui até 72% do lucro terá carga menor com reforma, defende governo
..... 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Saídas precárias para precatórios - NELSON BARBOSA..... 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
SEGURIDADE SOCIAL

Nunes propõe reforma da Previdência sem isenção a aposentado..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Com déficit de R\$ 171 bi, SP propõe nova reforma..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

O que é "Previdência justa"? (Artigo)..... 16

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

TRF-6 trará agilidade e economia ao Judiciário..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Após sete versões, PEC vai a plenário..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma administrativa avança mantendo estabilidade de servidor..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Para oposição, projeto é 'declaração de guerra'..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nos bastidores, Lira articula rapidez de projetos..... 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desoneração de empresas é essencial para manter empregos..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guedes quer Legislativo à frente da nova CPMF	27
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Propostas tributária e para IR podem tramitar juntas, diz Pacheco	28
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Fundos e reforma tributária: pontos importantes a endereçar - PALAVRA DO GESTOR.....	29
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Governo e Congresso negociam 7 opções para quitar os precatórios.....	30
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Proposta da Economia é "pacote antiambiental", dizem entidades	31
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Presidente liberal quer taxar ricos no Equador.....	32
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Inflação subestimada (Editorial)	33
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Sem solução para precatório, cresce pressão por novo auxílio	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Não há possibilidade de racionamento de energia em 2021, afirma ONS	36
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
A escalada dos juros (Editorial).....	37
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Missão de fechar 2022 com inflação dentro da meta continua desafiadora (Editorial)	38
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Ameaça ao investimento em 2022.....	39
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Redução no consumo poderia zerar PIB em 2022.....	40
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Brasileiro deve pagar a conta da escassez até 2025.....	41
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Decreto pode aumentar Bolsa Família - CLAUDIA SAFATLE.....	42
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Temor de auxílio de R\$ 400 eleva pressão por precatórios e IR.....	43

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Receita de Estados tem alta forte com combustíveis e inflação..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Evergrande põe fim ao modelo chinês de 'construir e construir'..... 45

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
ECONOMIA

PIB da agropecuária deverá crescer apenas 1,2%, diz Ipea.....46

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Copom ainda fará o necessário para cumprir a meta ?..... 47

Arrecadação tem alta de 7,2% e bate recorde em agosto



Sinais. 'As evidências de recuperação são sólidas', diz José Tostes, secretário da Receita

Lorena Rodrigues

Impulsionada pelo aumento no pagamento de **tributos** por empresas exportadoras, a arrecadação de **impostos** e de contribuições federais somou R\$ 146,463 bilhões em agosto e bateu o recorde histórico para o mês.

O resultado representa um aumento real (descontada a **inflação**) de 7,25% na comparação com o mesmo mês de 2020, informou a **Receita Federal** ontem. Em relação a julho deste ano, houve queda real de 15,22% no recolhimento de **impostos**.

Isso ocorreu por questões sazonais, já que, naquele mês, houve o pagamento de **tributos** trimestrais que não são recolhidos em agosto.

No acumulado dos oito primeiros meses do ano, a arrecadação federal chegou a R\$ 1,199 trilhão, também um recorde histórico para o período. O montante ainda representa um avanço real de 23,53% na comparação com o mesmo período do ano passado.

O secretário especial da **Receita Federal**, José Tostes, afirmou que o aumento na arrecadação apresentado até agosto é estrutural e reflete a melhora da economia, depois do fim das medidas de isolamento social.

Ele ressaltou que o recolhimento de **tributos** vem em alta desde agosto do ano passado.

"De oito meses deste ano, em seis a arrecadação foi recorde.

As evidências de recuperação da economia são sólidas. O crescimento da arrecadação é sustentável e

tem componente estrutural", afirmou.

O secretário destacou ainda que o desempenho de agosto foi alcançado principalmente por causa do aumento no pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição para o PIS/Pasep e de contribuições previdenciárias.

"O resultado de janeiro a agosto poderia ser maior, não fossem as compensações, que cresceram 30% no período", completou Tostes.

O analista de Investimentos da Terra Investimento, Régis Sarmiento Chinchila, explica que o bom desempenho da arrecadação é, sim, impulsionado pela recuperação e pelo crescimento da atividade econômica depois de um 2020 comprometido pela pandemia, mas também é influenciado pela **inflação** em alta. "Ao aumentar o preço dos produtos, a **inflação**, conseqüentemente, acaba impactando no valor arrecadado de **impostos** sobre eles", completou Chinchila.

Apesar de a alta da arrecadação em agosto, na comparação anual, ter vindo menor do que a registrada em julho (a receita chegou a R\$ 171,3 bilhões, ou seja, 35,5% a mais do que a de julho de 2020), o chefe do Centro de Estudos Tributários da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, afirmou que isso não significa uma desaceleração.

Malaquias explicou que, em julho do ano passado, a base de comparação era menor porque houve o diferimento (adiamento) de **tributos** por conta da pandemia, além dos próprios efeitos econômicos trazidos pelo novo coronavírus, que fizeram, na época, a arrecadação arrefecer.

"Estamos no mesmo ritmo de crescimento da arrecadação, não consideramos que houve desaceleração", afirmou.

Atípicos. O levantamento da **Receita Federal** aponta que, em agosto, houve pagamentos atípicos de R\$ 29 bilhões. De acordo com o órgão, isso se deveu principalmente aos pagamentos feitos por empresas exportadoras que não haviam sido registrados no ano passado, um efeito, justamente, da alta do dólar e do preço das commodities (produtos básicos, como

alimentos, minério de ferro e petróleo, cotados em dólar).

Com isso, sobe a base de cálculo do IRPJ e da CSLL pagos por essas companhias.

O chefe do Centro de Estudos Tributários da Receita acrescentou que o incremento na arrecadação entre as empresas exportadoras de commodities veio, sobretudo, do setor de mineração.

Barreira ultrapassada

R\$ 1,2 trilhão é o acumulado de oito primeiros meses do ano. A arrecadação, ao ultrapassar a barreira dos trilhões, é recorde no período.

Para chegar ao montante, além da recuperação da atividade econômica, a arrecadação contou com o impacto da **inflação**

Notícias Relacionadas:

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA
Arrecadação tem alta de 7,2% e bate recorde em agosto

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Arrecadação desacelera, mas bate recorde para agosto

Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

Aliado de Bolsonaro dá cargo para mulher de Lira



Arthur Lira com Angela Maria Lira em foto publicada em rede social em 2020 Reprodução Instagram

Felipe Bächtold são paulo

A mulher do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), ganhou um cargo estadual em Brasília de um dos governadores mais próximos do presidente Jair Bolsonaro.

Angela Maria Gomes de Almeida Lira foi nomeada em julho pelo governador de Roraima, Antonio Denarium, como secretária-adjunta da Representação Estadual no Distrito Federal, com salário líquido mensal de R\$ 14 mil.

Segundo o governo estadual, a pasta tem a atribuição de interlocução com as diferentes instituições com as quais o governo se relaciona na capital federal.

Denarium, ex-PSL e hoje sem partido, é um dos poucos governadores aliados de Bolsonaro, tendo inclusive participado de atos de raiz golpista no 7 de Setembro.

Eleito neste ano para comandar a Câmara com apoio do presidente, Lira vem barrando nos últimos meses a apreciação dos mais de cem pedidos de impeachment contra Bolsonaro. Cabe a ele decidir sobre eventual abertura de processo de afastamento a ser analisada pela Casa.

A mulher de Lira já chegou a ser envolvida em uma acusação judicial contra seu marido na Assembleia de Alagoas, por suspeita de ser uma funcionária-fantasma.

No Governo de Roraima, Angela Lira, 43, tem como superior imediato uma outra apoiadora de Bolsonaro, Gerlane Baccarin, secretária responsável pela pasta da Representação Estadual.

Candidata derrotada na eleição municipal de Boa Vista em 20-20 pelo PP, Baccarin é mulher do deputado federal Hiran Gonçalves, do mesmo partido. Gonçalves, também bolsonarista, é amigo de Lira.

A indicação de Angela Lira foi divulgada pelo site Roraima em Tempo. A Foi ha questionou o governo estadual sobre as qualificações da secretária-adjunta para o cargo e sobre quais são suas ligações com o estado.

A resposta foi que ela é uma "administradora experiente, já tendo passado por várias instituições como Banco do Nordeste e Assembleia Legislativa de Alagoas, além de ter excelente trânsito em Brasília".

A passagem da mulher de Lira nos anos 2000 pela Assembleia alagoana, porém, a envolve em uma das principais pendências judiciais do marido e deputado.

Em depoimento no âmbito da Operação Taturana, da Polícia Federal, sobre desvios na Assembleia de Alagoas, Angela afirmou que foi incluída por ele na folha de pagamento do Legislativo estadual, sem desempenhar um trabalho de fato.

Lira foi deputado estadual de 1999 a 2011, quando assumiu mandato no Congresso. O depoimento de Angela consta em uma das ações de improbidade contra Lira derivadas da Operação Taturana.

"Lira também proporcionava a inserção na folha de pagamentos de pessoal da ALE/ AL de funcionários que nunca trabalharam de fato, como é o caso de sua namorada Angela", escreveram os promotores.

Um trecho da peça transcreve o depoimento tomado pela Polícia Federal da mulher do deputado, no qual ela contou ter sido nomeada em 2006, com salário de R\$ 3.000 mensais. "Em razão de seu relacionamento amoroso foi inserida na folha de pagamentos da ALE/AL; Que nunca exerceu de fato função alguma".

Ela também afirmou: "Nunca declarou sua renda à **Receita Federal**, uma vez que não auferia renda; Que

a ALE/AL nunca descontava IR (Imposto de Renda) ou **INSS** de sua remuneração; Que somente em janeiro de 2008 passou a ser descontado IR e **INSS**." Na época da deflagração da investigação, a Justiça de Alagoas chegou a determinar o afastamento de todos os nomeados da Casa, desde a Constituição de 1988, que não tivessem prestado concurso e cujos atos não estivessem publicados no Diário Oficial.

Lira, que foi integrante da Mesa Diretora da Casa, também ficou afastado da Assembleia de Alagoas, com outros colegas, por decisão judicial naquela época.

A ação de improbidade que menciona a nomeação de Angela foi rejeitada em primeira instância em abril deste ano, mas ainda não houve decisão definitiva sobre o caso.

O presidente da Câmara está condenado em outras duas ações de improbidade derivadas do caso da Assembleia, nas quais está recorrendo.

A reportagem procurou a assessoria de Lira desde a semana passada para comentar o assunto, mas não obteve resposta. O deputado tem negado as acusações decorrentes da Operação Taturana. Em ação penal derivada dessa investigação, argumentou que houve nulidades na apuração.

Ao ser questionado pela reportagem, o Governo de Roraima afirmou que "Angela Maria não tem nenhuma condenação em seu histórico de vida pública".

Também afirmou que as nomeações para o primeiro escalão "atendem a critérios técnicos relacionados a necessidade da secretaria, autarquia ou presidência em questão".

Angela Maria também possui participação nos negócios privados rurais de Lira. Ela consta como "administradora" da empresa D'Lira Agropecuária e Eventos, que pertence ao deputado e ao pai dele, o também político Benedito de Lira.

No comando da Câmara desde fevereiro, Lira não tem dado sinais de que dará início ao processo de impeachment.

Após os atos do 7 de Setembro, por exemplo, ele não mencionou essa possibilidade e fez um discurso pelo apaziguamento das tensões.

Por enquanto, Lira não tem tomado nenhuma decisão sobre os pedidos de afastamento -nem de rejeição nem de aceitação. Ele também não tem um prazo para expedir esses despachos.

Na Câmara, o deputado tem tentado priorizar, entre outros projetos, uma pauta simpática a seu grupo político, como as das propostas já aprovadas do novo Código Eleitoral e de mudanças na Lei de Improbidade, enviadas ao Senado.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49678>

Empresa que distribui até 72% do lucro terá carga menor com reforma, defende governo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

Saídas precárias para precatórios - NELSON BARBOSA

NELSON BARBOSA

A discussão do Orçamento federal de 2022 está surreal. A maioria dos envolvidos, no governo e no Congresso, debate como pagar ou não R\$ 89 bilhões de precatórios sem responder às perguntas principais: por que a despesa cresceu tanto e como resolver isso?

O problema dos precatórios não é novo. Após estabilidade em 2010-14, quando a despesa média anual foi de 0,3% do **PIB** (Produto Interno Bruto), o pagamento de precatórios começou a subir rápido, atingindo 0,7% do **PIB** em 2020.

A previsão para este ano é de 0,6% do **PIB**, mas a folga será passageira. O gasto previsto para 2022 é de quase 1% do **PIB**, o que levou a equipe econômica e vários parlamentares a querer empurrar o problema para 2023.

Antigamente, adiamento de despesa explosiva sem resolver o problema que gerou a despesa explosiva foi chamado de... Deixa para lá. O importante agora é discutir soluções estruturais, que podem até incluir parcelamento e adiamento de parte dos precatórios, desde que isso não gere bola de neve para o futuro, que está logo ali, em 2023.

Por enquanto, houve três sugestões para enfrentar o problema, nenhuma delas satisfatória.

A primeira solução veio do governo: parcelar parte dos precatórios, adiando despesa de 2022 para 2023, de 2023 para 2024 e assim em diante. Se os precatórios continuarem a crescer rapidamente, gera-se uma pirâmide de recebíveis contra o Tesouro.

A segunda solução veio informalmente do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Supremo Tribunal Federal (STF): limitar pagamento ao valor de 2016, corrigido pela **inflação**. O valor de 2023 que exceder isso ficaria para 2023 e assim em diante, o que também pode gerar passivo explosivo se a geração de precatórios não desacelerar.

A terceira solução não tem adiamento nem risco de bola de neve: tirar os precatórios do teto e pagá-los integralmente. Parece menos pior, mas há dois problemas: 1) tirar despesa do teto não resolve o que

gerou despesa explosiva; e 2) tirar precatório do teto incentiva o governo a não pagar suas obrigações, pois a dívida resultante disso não terá limite de pagamento no ano seguinte.

O primeiro passo de qualquer solução deveria ser abrir a caixa preta. Sabemos que parte da elevação de precatórios de 2022 veio de uma ação antiga do Fundef, que pode ser negociada e parcelada com os estados envolvidos, como já foi feito em episódios similares no passado. Mas, e o resto, por que cresceu tanto?

Por exemplo, os dados apresentados pela equipe econômica mostram crescimento explosivo dos precatórios da **Previdência Social**, de R\$ 20,7 bilhões em 2020 para R\$ 29,8 bilhões em 2022. Isso é resultado apenas de mais agilidade no julgamento de processos, devido à tramitação eletrônica, ou a reforma da Previdência e filas do **INSS** têm relação com o problema.

A mesma pergunta vale para precatórios de folha de pagamento, que passaram de R\$ 6,3 bilhões em 2020 para R\$ 13,7 bilhões em 2021. Será que o arrocho nos servidores para cumprir teto de gasto gera precatório que explode teto de gasto? Sinceramente não sei, mas o governo sabe e deveria começar a resolver o problema explicando sua origem.

Como ainda faltam três meses para o fim do ano e as áreas técnicas do governo podem rapidamente esclarecer a fonte de precatórios explosivos, sugiro ao comando do Congresso que mande a equipe econômica apresentar um "Demonstrativo de Gastos com Precatórios", com histórico, cenários e medidas para acabar com crescimento explosivo.

Suspeito que isso mostrará que o atual teto de gasto não é sustentável e, assim, pararemos de discutir firula para focar no principal.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49678>

Nunes propõe reforma da Previdência sem isenção a aposentado

Artur Rodrigues

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), enviou à Câmara dos Vereadores na noite de quarta-feira (22) um projeto de reforma da Previdência municipal que tem o objetivo de ajudar a equilibrar as contas da cidade.

Pela proposta, enquanto houver déficit na Previdência, aposentados e pensionistas que ganhem acima do salário mínimo (hoje de R\$ 1.100) e abaixo do teto do **INSS** (atualmente de R\$ 6.433,57) deixarão de contar com a isenção de contribuição.

A contribuição dos inativos será cobrada sobre os valores que superem o salário mínimo e inclui servidores da administração indireta. A alíquota deve ser de 14%, que hoje já incide sobre aposentados e pensionistas que ganham acima do teto do **INSS**.

De acordo com estimativas da prefeitura, o déficit previdenciário seria de R\$ 171 bilhões em um cálculo que contabiliza 75 anos da Previdência dos atuais servidores. Com a reforma, o déficit cairia para R\$ 60 bilhões -uma economia de R\$ 111 bilhões.

Anualmente, a prefeitura diz que o rombo estimado para 2021 é de R\$ 6 bilhões.

Com o envio da nova proposta, Nunes submeterá sua base aliada ao maior teste desde que assumiu a prefeitura. O funcionalismo tem forte poder de pressão sobre os vereadores, e o histórico indica reviravoltas durante as sessões. Para passar, o projeto precisa de 37 dos 55 votos possíveis.

Em dezembro de 2018, o então prefeito Bruno Covas (PSDB), que morreu vítima de câncer, aprovou na Câmara outra reforma da Previdência, enfrentando forte oposição. Ele precisou ceder em alguns pontos e abrandar medidas para conseguir o apoio dos vereadores, mesmo tendo maioria na Casa.

O secretário-adjunto da Fazenda, Luis Felipe Vidal Arellano, define a nova reforma como continuação à de 2018.

Segundo ele, a Reforma da Previdência determinou que os estados e municípios que tivessem déficit precisavam resolver o problema. "Algumas das

providências já haviam sido tomadas em 2018, por exemplo implantação da **Previdência complementar** com definição de um limite para as aposentadorias. Só isso não é suficiente para reduzir o déficit. A gente está aprofundando a reforma de 2018 com alguns mecanismos novos para reduzir esse déficit", disse.

Segundo o secretário-adjunto da Fazenda, o fim da isenção aos servidores que ganham acima do salário mínimo é importante para isso. "Por definição, pessoas que têm um salário um pouco mais baixo que os demais, mas a gente entende que essa é uma medida necessária seja por conta dos impactos para a redução do déficit atuarial seja do ponto de vista da equidade e equilíbrio com servidores estaduais e federais que já tem essa regra sendo aplicada a eles", disse Arellano.

Por outro lado, segundo ele, haverá compensação com a atualização das aposentadorias dos servidores.

O projeto fixa a idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, equiparando aos servidores federais. Para os professores, porém, essa regra é de cinco anos a menos.

As regras de transição são as mesmas previstas na reforma da Previdência federal.

Segundo o site da prefeitura, atualmente a idade mínima para os servidores se aposentarem com rendimentos integrais é de 60 anos (e 35 anos de contribuição) para homens e de 55 anos (e 30 anos de contribuição se for mulher).

Atualmente, segundo a prefeitura, a idade média que a base atual entrou na inatividade é de 56 anos e 10 meses (sendo 56 anos e 5 meses para mulheres e 57 anos e 11 meses para os homens).

A proposta traz outra mudança, chamada segmentação de massas. Agora, novos servidores não terão suas contribuições asadas para pagar aposentadoria dos servidores que já estão aposentados.

"Elas vão sendo acumuladas para servir para financiar a aposentadoria deles. Se o servidor entrou antes de 2018, mesmo que essa poupança seja insuficiente

para pagar a aposentadoria dele, o município vai continuar honrando com a totalidade da aposentadoria dele", disse o secretário.

Desde 2018, todos os novos funcionários já entram com o teto da aposentadoria máxima sendo o mesmo do **INSS**. Os servidores que ingressaram antes desse período continuam tendo a totalidade da aposentadoria assegurada.

O presidente do Sindsep (sindicato dos servidores municipais de SP), Sérgio Antiqueira, classifica a cobrança sobre os aposentados que ganham acima de salário mínimo "terrível no curto prazo" e a segmentação de massas "terrível a longo prazo".

Antiqueira argumenta que os atingidos pela nova cobrança são servidores que ganham menos, de níveis básico e médio, que já vêm tendo perdas nos últimos anos. Além disso, eventuais ganhos com a reestruturação das carreiras que também foi apresentada pela prefeitura podem não compensar a perda imediata com o fim da isenção.

O sindicato afirma que vai elaborar uma calculadora para que os aposentados saibam a perda na renda.

Sobre a segmentação de massas, ele diz que se trata de um sistema para deixar o sistema previdenciário antigo propositalmente deficitário, com objetivo de aumentar as alíquotas sobre os servidores ativos. "Eles sabem que vai dar déficit, espera o déficit acontecer, tira do servidor", afirma.

O secretário- adjunto da Fazenda, Luis Felipe Vidal Arellano, rebate as críticas, uma vez que a aposentadoria dos servidores de ambos os regimes terão a aposentadoria garantida e alíquotas iguais.

Além disso, ele diz que é possível equilibrar os fundos. "O projeto autoriza também que você faça transferência de servidores do fundo deficitário para o capitalizado toda vez que esse capitalizado acumular um superávit", diz, citando que pela regra os mais velhos seriam colocados à frente nessa transferência.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Com déficit de R\$ 171 bi, SP propõe nova reforma



Capital. Servidores protestam contra reforma da Previdência de 2018: novo projeto deve sofrer resistência na Câmara

Adriana Ferraz

Menos de três anos após aumentar o índice de contribuição previdenciária dos **servidores públicos**, a Prefeitura de São Paulo propôs à Câmara uma nova reforma ainda mais arrojada. A principal mudança será o fim da isenção para aposentadorias acima de um salário mínimo. A meta do prefeito Ricardo Nunes (MDB) é reduzir o déficit estimado em R\$ 171 bilhões para R\$ 60 bilhões num prazo de 75 anos.

Para que isso aconteça, no entanto, será preciso mudar a Lei Orgânica para permitir, entre outras alterações, a cobrança de alíquota de 14% em valores pagos a todos os aposentados que ganham acima do teto e a adoção das idades mínimas previstas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**): 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, com exceção dos professores da rede. E reunir o apoio de ao menos 37 dos 55 vereadores.

A estimativa da Prefeitura é de que 63.730 servidores inativos sejam afetados pela medida caso seja aprovada.

A exemplo do argumento usado pelo governo federal ao aprovar novas condições para o pagamento de aposentadorias em todo o País em 2019, a gestão de Nunes alega dificuldades para subsidiar o Instituto da Previdência Municipal de São Paulo (Ipem). A previsão para este ano é de que seja necessário o suporte de R\$ 6 bilhões do Tesouro para assegurar o pagamento aos inativos e pensionistas - quase o dobro do total de investimentos previstos em melhorias para a cidade.

Em estudo que sustenta o projeto, a Prefeitura cita uma série de outros números para tentar convencer os parlamentares da urgência e necessidade da reforma.

Entre eles, o aumento do número de inativos em relação ao de servidores em atividade.

Em 2010, por exemplo, havia 137 mil pessoas na ativa e 78 mil aposentados e pensionistas.

Já em 2020, o número dos que estavam no serviço caiu para 121 mil e o de beneficiários cresceu para 113 mil, elevando em 45% os dependentes.

Segundo a Prefeitura, projeções preveem que essa tendência se mantenha e que, já no ano que vem, o número de aposentados e pensionistas supere o contingente de trabalhadores em atividade.

Sem a nova reforma, o subsídio do Tesouro pode chegar a R\$ 8,43 bilhões em 2030, bloqueando investimentos e prejudicando o custeio da máquina.

Entre as alterações propostas, a mais polêmica é a que amplia a contribuição previdenciária entre os inativos. Hoje, apenas contribuem com o sistema os que recebem acima do teto do **INSS**, ou seja: R\$ 6,4 mil. Se o projeto passar, a alíquota de 14% será cobrada sobre os valores que superem o salário mínimo de todos os aposentados e pensionistas.

A Secretaria Municipal da Fazenda afirma que apenas essa medida alcançaria R\$ 13,2 bilhões em arrecadação extra no mesmo prazo de 75 anos. Já quando se soma o resultado possível com a mudança da idade mínima, o total chegaria a R\$ 51 bilhões - metade de toda a economia prevista com o projeto.

Pressão. A proposta deve ter resistência na Câmara Municipal (mais informações na página ao lado).

Na última década, os prefeitos Fernando Haddad (PT) e João Doria (PSDB) chegaram a desistir de projetos que tinham o objetivo de reduzir o déficit e os subsídios anuais ao sistema.

Bruno Covas (PSDB), por sua vez, insistiu e aprovou, sob protestos, uma primeira reforma considerada insuficiente, mas importante para iniciar o processo: em dezembro de 2018, o tucano obteve aval para aumentar a alíquota de contribuição do servidor, de 11% para 14%.

No mesmo texto também foi criada uma entidade fechada de **previdência complementar**, a Sampaprev. A partir dela, quem desejar receber acima do teto de R\$ 6,4 mil deve aderir ao regime extra, acrescentando nova alíquota de contribuição.

A atual proposta, segundo Nunes, tem capacidade para reduzir em R\$ 111 bilhões o déficit estimado para os próximos anos. O prefeito argumenta que o projeto é resultado ainda de uma imposição derivada da reforma federal de 2019, que tornou obrigatório o equacionamento dos regimes próprios de Previdência, mediante plano com medidas aprovadas em lei.

De acordo com o emedebista, apesar de propor o fim da isenção dos inativos, seu projeto não eleva mais uma vez a alíquota de contribuição (que pode ser de até 19%), ainda que tenha autorização constitucional para fazê-lo. Nunes também ressalta que sem a aprovação da reforma, as contas da Prefeitura seguem em "risco".

Fundo. Para o doutor em economia e colunista do Estadão Pedro Nery, o projeto é quase uma adaptação à reforma federal, que já permitiu o fim da isenção dos inativos no caso dos servidores federais. Após muita discussão, o Congresso deixou de fora Estados e Municípios e estabeleceu o prazo de 31 de dezembro de 2021 para mudanças em seus regimes próprios.

Nery destacou, no entanto, que se outro ponto proposto passar - a segregação de massas -, a Prefeitura passará a ter uma espécie de fundo para pagamento de benefícios no futuro que corre o risco de ser usado em caso de emergência.

Nesse modelo, dois sistemas funcionam ao mesmo tempo.

No primeiro, os servidores ativos têm seus benefícios recolhidos em uma espécie de poupança individual, que só passa a ser sacada na aposentadoria, mas pode ser capitalizada pelo Município.

No outro, os atuais aposentados têm seus benefícios pagos com recursos públicos direcionado ao coletivo, no chamado regime de repartição, como o praticado pelo **INSS**.

"A segregação de massas é feita para separar grupos de servidores.

Na prática, ela gera um fundo municipal que vira tentação para o governo. Imagina ter um fundo à disposição num momento de necessidade?

Ele traz insegurança para o servidor que participa desse regime, Tem que ser bem pensando e

discutido."

REFORMAS NAS CAPITALAIS

I Fortaleza Houve aumento da alíquota previdenciária de 11% para 14% (inclusive para inativos) para os servidores, e de 22% para 28% para a prefeitura.

I Porto Alegre Foram feitas alterações na idade mínima de aposentadoria - os servidores poderão se aposentar se tiverem 62 anos (mulher) e 65 anos (homem).

I Recife Reforma aumentou de 12,82% para 14% a alíquota previdenciária, além de impor idade mínima de 61 anos (mulher) e de 64 anos (homem) para aposentadoria.

I Salvador A contribuição previdenciária dos servidores ativos passou de 11% para 14%. Os inativos passaram a ser taxados também, em casos específicos.

I Vitória A idade mínima para aposentadoria dos novos servidores é de 62 anos para mulheres e de 65 anos para homens, equiparando às reformas federal e estadual.

I Montante

R\$ 10,53 bi foi o total gasto com o pagamento de benefícios no ano passado.

R\$ 2,99 bi foi o total gasto com o pagamento de benefícios em 2010.

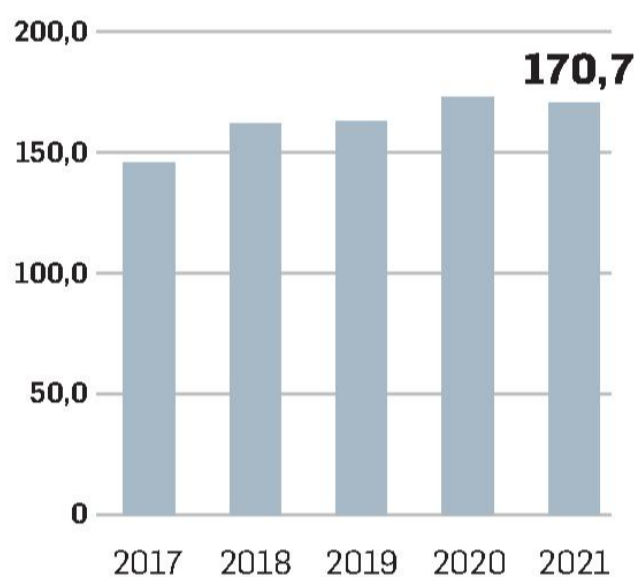
Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

HISTÓRICO

● Objetivo é reduzir déficit projetado de R\$ 171 bi para R\$ 60 bi

EM BILHÕES DE REAIS

Déficit projetado para 75 anos



Déficit financeiro



FONTES: FIA E IPREM

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

O que é "Previdência justa"? (Artigo)

FABIO GIAMBIAGI

Definir o que é "justo" é uma das coisas mais difíceis do mundo. Pergunte-se a diversas pessoas que morem no Oriente Médio qual seria a forma "justa" de resolver o conflito entre israelenses e palestinos e se perceberá como a divergência acerca de interpretações sobre o tema pode, no limite, causar guerras entre os homens. Em termos mais prosaicos, qual é uma alíquota superior "justa" do Imposto de Renda? 27,5 %, como no Brasil? Menos? Mais?

Utilizo esta abertura, deixando um pouco de lado o pandemônio grotesco da política nacional, para retomar um assunto que está presente nas minhas colunas, de vez em quando, por ser algo que interessa a todos os brasileiros: a Previdência - afinal de contas, todos ou somos aposentados ou aspiramos a sê-lo algum dia, além de termos parentes próximos nessa situação.

Há muita gente que considera que o sistema mais "justo" - utilizo as aspas aqui porque o conceito admite diversas interpretações - de Previdência seria a capitalização. Naturalmente, entendo o argumento. A ideia de que quanto ganharemos na aposentadoria deveria depender única e exclusivamente do próprio esforço é não apenas lógica, como tentadora.

Assim, não haveria como "dar um jeitinho no **INSS**", nem aposentadorias privilegiadas, etc.

Vale aqui, porém, um velho ditado: "Há mais coisas entre o céu e a terra do que supõe a vã filosofia". A questão é que, no mundo real, as coisas nunca são simples como parecem à primeira vista.

Pense o leitor que é a favor de uma capitalização "pura" na seguinte situação.

Imagine o caso de alguém que começa a contribuir aos 25 anos e, aos 30, sofre um acidente grave que o incapacita para o trabalho. Pergunto: seria "justo" que essa pessoa, por um azar da vida, passasse a receber o equivalente a uma aposentadoria por invalidez calculada apenas em função do que contribuiu? Convenhamos que, com 5 anos de contribuição, aos 30 anos, tendo a possibilidade de viver mais 50, a aposentadoria, matematicamente, teria de ser muito pequena para "caber" no valor permitido por um período contributivo tão curto. Tenho certeza de que o leitor concordará que é natural que o sistema ampare esse indivíduo. E, certamente, um leitor mais

familiarizado com esse tipo de tema dirá, com razão, que a forma certa de tratar do assunto é mediante a contratação de um esquema de seguro, para cobrir esse tipo de riscos. O meu ponto aqui é outro: mostrar ao leitor que, quando se trata de questões que: a) mexem com a enorme maioria da população; e b) são altamente sensíveis; a matemática financeira não é a única coisa que conta. Valores como solidariedade entram em jogo e, numa democracia, isso se entrelaça com questões sociais e políticas de todo tipo.

Tentei, durante mais de 25 anos, sem muito sucesso, que no debate público a Previdência deixasse de ser objeto de tanto viés político e fosse tratada com um pouco mais de racionalidade, ainda que compreendendo a elevada sensibilidade social que marca a discussão do tema.

Por um transcurso que não há espaço aqui para explicar em detalhes, sistemas originalmente de capitalização, no Brasil e no mundo, acabaram virando modelos de repartição. Em 2019, o País aprovou a reforma mais importante sobre o tema desde a redemocratização de 1985. Foi uma boa reforma, na direção correta, e é muito importante que tenha vingado. Porém, quem conhece os números sabe que as regras terão que ser revisitadas, num futuro que, ainda que não seja em 2023, não deveria estar muito distante, porque a reforma ainda deixou lacunas - embora não no campo da aposentadoria por tempo de contribuição, já bem equacionada.

Quando esse dia chegar, em 2027 ou 2031, será importante que a questão possa ser abordada com realismo, procurando um equilíbrio entre o papel relevante do Estado como elemento redistributivo e a realidade fiscal que, no que tange ao **INSS**, continuará a mesma. Ainda voltaremos a tratar do tema em outras oportunidades, neste espaço.

FABIO GIAMBIAGI, ECONOMISTA

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ
O que é 'Previdência justa'?
O GLOBO - ON LINE - RJ
O que é 'Previdência justa'?

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

TRF-6 trará agilidade e economia ao Judiciário



O senador Antonio Anastasia (PSD-MG) no plenário: como relator, ele propôs remanejamento de estrutura do TRF-1 para o futuro TRF-6



Foi, sem dúvida, uma grande conquista não só para toda a população de Minas Gerais, como para vários estados da Federação. Uma quantidade significativa de causas, daqui pra frente, correrá com mais agilidade e economia na Justiça Federal"

■ Gilson Soares Lemes, presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJM-G)



JAIR BOLSONARO/REUTERS



A avaliação não deve girar apenas em torno da despesa, que pode ser mitigada com uma gestão adequada. Devemos considerar os benefícios do projeto, que é o aprimoramento da jurisdição. Estamos falando de causas que, atualmente, ficam anos sem resposta"

■ José Alfredo Baracho de Oliveira Júnior, professor de direito constitucional do PUC Minas



CECÍLIA EMILIANA/REUTERS



Eliminar essas viagens representa uma economia considerável de tempo e de dinheiro. Teremos uma Justiça, além de mais rápida, mais barata"

■ José Anchieta da Silva, presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas)



JOSE ANCHIETA DA SILVA/REUTERS

Cecília Emiliana

A criação do Tribunal Regional Federal da 6- Região (TRF-6), com sede em Belo Horizonte e jurisdição sobre processos de Minas Gerais, aprovada na quarta-feira pelo Senado, é amplamente comemorada no meio jurídico. De autoria do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com relatoria favorável do senador mineiro Antonio Anastasia (PSD), o Projeto de Lei 5.919, que cria o tribunal, já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados e agora seguiu para avaliação do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que terá 15 dias úteis para sancioná-lo ou vetá-lo.

"Foi, sem dúvida, uma grande conquista não só para toda a população de Minas Gerais, como para vários estados da Federação. Uma quantidade significativa de causas, daqui pra frente, correrão com mais agilidade e economia na Justiça Federal", ressalta o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJM-G), Gilson Soares Lemes.

Lemes explica que, atualmente, os processos mineiros de competência federal são atendidos pelo Tribunal Regional Federal da 1- Região (TRF-1), sediado em Brasília. A corte abrange outras 13 unidades da Federação -Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás,

Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima, Tocantins e o Distrito Federal, ou seja: 80% do território nacional e 37% da população brasileira. Cada magistrado chega a acumular até 20 mil processos. "Nós somos o segundo estado mais populoso do país, responsável por quase 40% dos processos que chegam ao TRF-1. A criação do TRF-6, portanto, era urgente", observa Lemes.

De acordo com o presidente do TJMG, os tribunais regionais federais julgam todas as causas em que a União está direta ou indiretamente envolvida, conforme o artigo 109 da Constituição Federal. "Estão enquadradas neste grupo ações relativas à **Previdência Social**, ações envolvendo dois estados, como a tragédia de Mariana, e crimes de âmbito federal", esclarece Gilson Lemes.

O presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais, Luís Cláudio Chaves, estima que a fundação do novo tribunal deve reduzir à metade o tempo de tramitação de pautas na Justiça Federal em todos os estados hoje abrigados sob oTRF-1. "Essa é uma luta antiga, desenvolvemos um trabalho ferrenho ao longo de anos para conseguir que o estado de Minas Gerais tenha uma sede do TRF. A criação do TRF-6 facilitará o acesso de toda a população à Justiça Federal", avalia o jurista.

O presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas) e membro da Academia Mineira de Letras Jurídicas, José Anchieta da Silva, destaca que a instalação da nova sede em Belo Horizonte reduzirá sensivelmente o deslocamento de todas as partes envolvidas em ações judiciais a Brasília. "Eliminar essas viagens representa uma economia considerável de tempo e de dinheiro. Teremos uma Justiça, além de mais rápida, mais barata", argumenta o advogado.

CUSTOS

operacionais

O principal argumento dos críticos à criação do TRF-6 seria o gasto de milhões de reais aos cofres públicos necessários à construção de uma nova sede, estrutura, carreiras e contratação de servidores. Em parecer anexado à proposta, o senador Antônio Anastasia disse que as mudanças não acarretarão

novas despesas, porque nenhum cargo seria criado. A ideia é que haja um remanejamento interno da estrutura de pessoal do TRF-1.

O professor de direito constitucional da PUC Minas José Alfredo Baracho de Oliveira Júnior reconhece que não é possível descartar possíveis custos da empreitada, mas considera o investimento justificável. "O custo existirá e esse é um fator importante. Nesse caso, porém, a avaliação não deve girar apenas em torno da despesa, que pode ser mitigada com uma gestão adequada. Devemos considerar os benefícios do projeto, que é o aprimoramento da jurisdição. Estamos falando de causas que, atualmente, ficam anos sem resposta", afirma o jurista.

Em 2013, uma proposta semelhante tentou instituir um tribunal regional federal em Belo Horizonte. Chegou a ser aprovada no Congresso Nacional também, mas foi barrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de liminar proferida pelo então presidente da corte Joaquim Barbosa. O projeto de lei contemplava a criação de quatro novos TRFs, sediados em BH, Curitiba, Salvador e Manaus.

Na ocasião, Joaquim Barbosa sustentou que o projeto tinha um "vício de origem", uma vez que havia sido elaborado pelo Legislativo, e não pelo Judiciário, instância competente para se debruçar sobre a questão. O magistrado também se posicionou contra as despesas geradas com a criação do TRF-6.

BRASIL PASSA A TER SEIS TRFs

TRF-1: Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Para, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia, Goiás e Distrito Federal

TRF-2: Rio de Janeiro e Espírito Santo

TRF-3: São Paulo e Mato Grosso do Sul

TRF-4: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

TRF-5: Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Sergipe

TRF-6: Minas Gerais

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Após sete versões, PEC vai a plenário

» **VERA BATISTA» CRISTIANE NOBERTO**

Por 28 votos contra 18, a comissão especial que analisa a reforma administrativa aprovou o parecer do deputado Arthur Maia (DEM-BA), na tarde de ontem, após quase seis horas de debates. O texto-base será apreciado pelo Plenário da Câmara, mas ainda não tem data marcada. Sob críticas e tentativas de obstrução de parlamentares da oposição e de representantes dos **servidores públicos**, o texto ainda pode ser alterado por emendas, antes de seguir para o Senado.

Essa é a sétima versão da reforma administrativa. A primeira foi apresentada pela equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro, em 2020. Depois disso, Maia já fez seis mudanças. Por se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), para ser aprovada, precisa receber ao menos 308 votos favoráveis em dois turnos de votação. Mas o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), já admitiu que a base de apoio do Executivo não conta ainda com a quantidade de votos necessária.

A confusão entre parlamentares favoráveis e contrários à reforma foi grande, porque somente às 10h46min de ontem, o relator divulgou o novo documento. De acordo com o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), "esse voto complementar é ainda mais pernicioso à estrutura e funcionamento do Estado e à prestação de serviços públicos à população brasileira". "Um verdadeiro retrocesso às conquistas da sociedade." O presidente do Sindilegis, Alison Souza, conta que, nos destaques, estão pontos que tratam da retirada do texto da contratação temporária, da redução de jornada e salário de servidores de 25% e do item que permite terceirização e acordo de cooperação entre o serviço público e a iniciativa privada. "A dúvida é se Arthur Lira vai ou não pautar a PEC para votação nesta sexta, no Plenário. Acreditamos que não", assinala Alison Souza.

Na análise de Luiz Alberto dos Santos, consultor legislativo e diretor da Diálogo Institucional, Assessoria e Análise de Políticas Públicas, "em relação à versão de quarta-feira, 22 de setembro, o texto tem importantes retrocessos e quase nenhum avanço". "Promove concessões ao interesse do governo e torna a PEC ainda pior." Entre os efeitos nefastos, aponta, estão o retorno amplo de pessoal da iniciativa privada para prestação de serviços públicos, a contratação de temporários por 10 anos (na versão anterior eram seis

anos) e a redução de 25% de jornada e salário de servidores em casos de crise econômica.

Proporcionalidade

Para conseguir a aprovação na comissão especial, a base governista usou de muita criatividade. "Uma coisa absurda. A proporcionalidade dos partidos foi rasgada", destacou Vladimir Nepomuceno, diretor da Insight Assessoria Parlamentar. Isso porque Arthur Lira, na última hora, trocou os membros da comissão especial que poderiam votar contra o texto. "Pedi uma vaga e coloquei seis parlamentares do Partido Novo, que só tem oito deputados do total de 513. Somente por isso ele aprovou a pauta", reclamou Nepomuceno.

"Ontem (quarta, eles pediram uma pausa em meio às discussões acaloradas e deixaram ultrapassar o tempo de uma hora. Pelo regimento, quando isso acontece, a sessão é automaticamente encerrada. Quando voltaram hoje (quinta), já apresentaram a nova composição", assinala Nepomuceno. "Foi uma vitória artificial do governo. A dificuldade para a aprovação da PEC no Plenário persiste. E, no Senado, vai ser mais difícil ainda", complementa Luiz Alberto dos Santos.

Ele chamou a atenção para o artigo 22 do substitutivo que "foi pouco comentado". É o que diz que a "União tem competência para editar normas gerais, ou seja, concursos, criação, extinção de cargos e salários". Só que, agora, o relator permite que tudo isso, para os demais entes, seja feito por meio de MP do Executivo federal. "Tira a prerrogativa de governadores e prefeitos para organizar e administrar o quadro de pessoal. Vai gerar muita judicialização", alertou Santos.

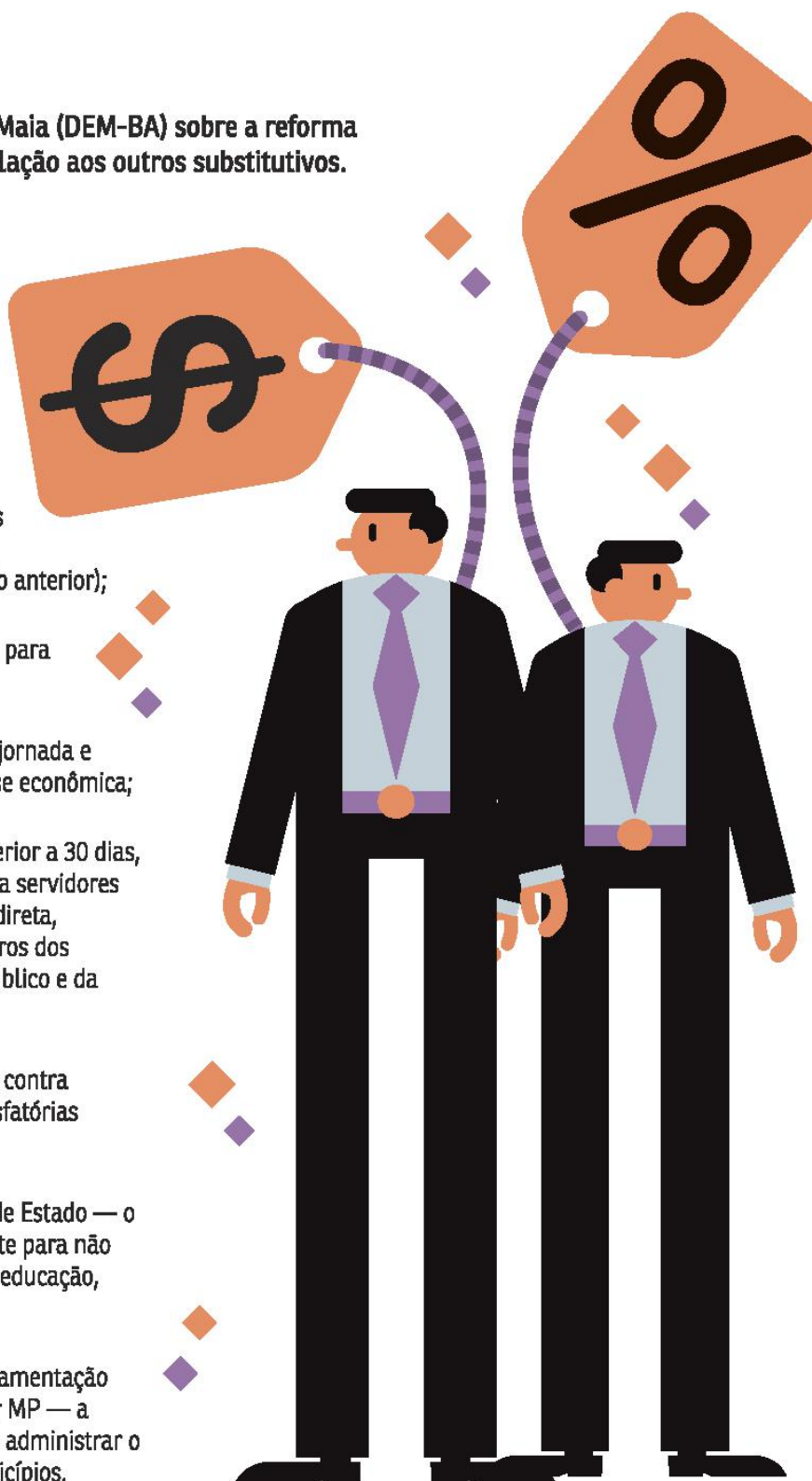
O Movimento a Serviço do Brasil, por meio de nota, também repudiou a iniciativa do governo. "O comportamento da bancada governista com a apresentação de inúmeros relatórios, troca de parlamentares na comissão e atropelos ao regimento da Câmara indica que não há consenso para a reforma. O texto aprovado apenas entrega todo o setor público para o domínio de políticos e não representa modernização. Após quase um ano de discussão, está evidente que o foco da PEC 32 é o domínio da máquina pública por políticos, com nível elevado de interferência, com livre nomeação de cargos comissionados", afirmou.

Novas regras

Sexto relatório do deputado Arthur Maia (DEM-BA) sobre a reforma administrativa traz mudanças em relação aos outros substitutivos.

Principais pontos:

- 1** Retorno do art. 37-A — Permite a terceirização ampla de atividades e a contratação de pessoal de entidades privadas para prestação de serviços públicos de União, estados e municípios;
- 2** Retorno do prazo máximo de 10 anos para contratação temporária de servidores (eram 6 anos na versão anterior);
- 3** Retomada de aposentadoria integral para policiais;
- 4** Possibilidade de redução de 25% de jornada e salário de servidores em caso de crise econômica;
- 5** Corte de "penduricalhos" (férias superior a 30 dias, reajuste retroativo, entre outros) para servidores da administração pública direta e indireta, ocupantes de cargos eletivos, membros dos tribunais de Contas, do Ministério Público e da Defensoria Pública;
- 6** Abertura de processo administrativo contra servidor após duas avaliações insatisfatórias consecutivas ou três intercaladas;
- 7** Definição das carreiras "exclusivas" de Estado — o termo "típicas" foi extraído justamente para não permitir a entrada de servidores em educação, saúde e assistência social;
- 8** Ampliação da possibilidade de regulamentação das normas gerais sobre pessoal por MP — a União ganha o direito de organizar e administrar o quadro de pessoal de estados e municípios.



Reforma administrativa avança mantendo estabilidade de servidor



Arthur Maia (DEM-BA), relator da PEC da Reforma Administrativa Wilson Dias -14.dez.17/Agência Brasil

Danielle Brant Brasília

A comissão especial que analisa as mudanças no serviço público aprovou nesta quinta-feira (23) o texto-base da reforma administrativa, por 28 votos a 18. Até as 20h, os deputados haviam votado oito sugestões de modificações à proposta e rejeitado todas.

Apresentada pelo governo Jair Bolsonaro para endurecer as regras do funcionalismo, a proposta acabou por manter previsão de estabilidade a todos os servidores, ainda que com possibilidade de demissão por desempenho insuficiente, e com dispositivo que estipula corte de salário em até 25% em caso de crise fiscal.

Ao final desta etapa, a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) segue para o plenário da Câmara dos Deputados, onde precisa do apoio mínimo de 308 dos 513 deputados, em votação em dois turnos, para ser aprovada. Se passar, irá ao Senado. Lá são necessários votos de 49 dos 81 congressistas, também em dois turnos.

Para afastar qualquer risco de derrota, partidos da base do governo trocaram membros da comissão e os substituíram por deputados favoráveis à reforma.

Inicialmente, o colegiado era composto por 34 membros. O número foi ampliado para 47, de acordo com o presidente Fernando Monteiro (PP-PE).

Com bancada de oito deputados, o Novo, defensor das mudanças no serviço público, emplacou quatro integrantes entre os titulares do colegiado e três entre os suplentes.

O PL também trocou integrantes e colocou na comissão, por exemplo, o deputado Giovani Cherini (RS), conhecido defensor do governo.

A mudança surtiu efeito. Na noite desta quarta-feira (22), um requerimento para retirada de pauta recebeu 22 votos contrários e 19 favoráveis. Nesta quinta, o placar foi muito mais amplo: 31 votos contrários e 15 favoráveis.

Dois deputados mudaram de voto em relação ao dia anterior Valtenir Pereira (MDB-MT) e Gastão Vieira (PROS-MA). Antes favoráveis à retirada da PEC de pauta, eles votaram contra a possibilidade nesta quinta.

O relator, Arthur Maia (DEM-BA), promoveu uma série de mudanças em relação ao texto aprovado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). Ele retirou dois tipos de vínculos previstos na PEC original: o por prazo indeterminado e o de experiência como etapa de concurso público.

Maia, em seu parecer, definiu que todos os **servidores públicos** terão direito à estabilidade após cumprirem três anos de estágio probatório.

Os novos entrantes poderão perder o cargo caso tenham avaliação de desempenho insuficiente, em análise que será feita em plataforma digital e contará com a participação do usuário do serviço público.

Segundo o texto, com duas avaliações insatisfatórias consecutivas ou três intercaladas, no período de cinco anos, haverá necessidade de apurar a responsabilidade do servidor por seu desempenho.

O parecer indica que esses períodos "asseguram a constatação do fracasso de medidas corretivas obrigatoriamente implantadas após um primeiro resultado negativo".

O servidor com avaliação insatisfatória poderá ter o desempenho reavaliado por uma instância revisora. Há ainda a possibilidade de reintegração se uma decisão judicial invalidar a perda de cargo, ainda que não exista vaga.

A PEC também prevê a perda de cargo se o posto for

extinto por ter se tornado desnecessário ou obsoleto. Esse servidor terá direito a indenização de um mês de salário por cada ano de serviço.

Se for criado cargo com atribuições idênticas ou similares às do posto extinto em até cinco anos a partir da perda do cargo, o servidor poderá ser reintegrado, mesmo sem vaga.

O relator estabeleceu a redução transitória de jornada de trabalho em até 25%, com corte de remuneração correspondente. Isso, no entanto, só poderá ocorrer em caso de crise fiscal, "como alternativa em relação à adoção de outra mais drástica, o desligamento de servidores efetivos".

Inicialmente, com a articulação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), Maia havia concordado em retirar um artigo visto pelos partidos de esquerda como uma possibilidade de privatização de serviços públicos.

O dispositivo prevê que União, estados e municípios poderiam, "na forma da lei, firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, públicos e privados, para a execução de serviços públicos, inclusive com o compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira".

Para a oposição, isso permite compartilhamento de pessoal e estrutura física do governo com a iniciativa privada sem contrapartida definida por lei. O texto impede que isso seja feito com atividades privativas de cargos exclusivos de estado.

"O 37-A permite terceirizar todo serviço público não abrangido pela estabilidade dos servidores. 90% passível de terceirização. Vai acabar com o serviço público", critica o deputado Fábio Trad (PSD-MS).

Desavença entre oposição e o relator durante a comissão na noite desta quarta-feira, porém, fez com que Maia devolvesse o artigo a seu parecer.

Além disso, o deputado voltou atrás e ampliou novamente para dez anos o prazo máximo de vigência de contratos temporários -na versão anterior, eram seis anos.

O processo seletivo será impessoal e simplificado, e não poderá ser firmado novo contrato com o mesmo contratado em menos de dois anos a partir do fim do contrato anterior.

Se a contratação temporária buscar atender a necessidades decorrentes de calamidade, de emergência associada à saúde ou à incolumidade

pública ou de paralisação de atividades essenciais, não será necessário realizar processo seletivo. Nesse caso, o contrato terá prazo máximo de dois anos.

Para atender aos partidos de centro-direita, Maia ampliou o escopo de atingidos por cortes de privilégios.

Agora, as limitações abrangem ocupantes de cargos, de empregos ou de funções públicas da administração pública direta e indireta, no âmbito de qualquer dos Poderes da União, dos estados e dos municípios, assim como aos ocupantes de cargos eletivos e aos membros dos tribunais e conselhos de contas.

Eles não poderão ter férias em período superior a 30 dias em um ano, serão proibidos de ter adicionais por tempo de serviço, aumento de remuneração ou de parcelas indenizatórias com efeitos retroativos, licença-prêmio e aposentadoria compulsória como modalidade de punição.

Não terão direito também a progressão ou promoção baseadas exclusivamente em tempo de serviço e a parcelas indenizatórias sem previsão de requisitos e critérios de cálculo definidos em lei.

O texto diz que empregados da administração pública direta, autárquica e fundacional, de empresas públicas, sociedades de economia mista e de suas subsidiárias terão o vínculo automaticamente extinto e serão aposentados compulsoriamente ao completar 75 anos.

Maia cedeu à pressão de profissionais de segurança pública e, na PEC, identificou entre as carreiras que devem ser consideradas típicas de estado os policiais federais, civis, penais, peritos oficiais encarregados da execução de perícia criminal, policiais legislativos, guardas municipais, agentes de trânsito e agentes socioeducativos.

Também são consideradas carreiras típicas de estado os que exerçam diretamente atividades finalísticas voltadas à manutenção da ordem tributária e financeira, à regulação, à fiscalização, à gestão governamental, à elaboração orçamentária, ao controle, à inteligência de Estado, ao serviço exterior brasileiro, à advocacia pública, à defensoria pública e à atuação institucional do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, incluídas as exercidas pelos oficiais de justiça, e do Ministério Público.

O texto diz que servidores cujas atribuições sejam complementares ou de suporte não poderão ser considerados típicos de estado.

Maia incluiu em seu parecer dois dispositivos que dão

à União a competência de editar medidas provisórias que tratem da criação e extinção de cargos públicos, concurso público, critérios de seleção, estruturação de carreiras, política de remuneração, concessão de benefícios e gestão de desempenho.

Ele também poderá enviar MPs sobre contratação temporária, o que, na avaliação da oposição, daria brecha para ampliar esse tipo de contratos.

Maia também mudou um entendimento para permitir a apresentação de destaque no plenário para incluir outros Poderes na reforma.

Na semana passada, Maia utilizou uma nota da mesa diretora que considerava inconstitucional a inclusão de outros Poderes para tornar inadmissível a apresentação de destaques para ampliar o efeito da reforma.

Agora, conforme acordo, será possível apresentá-los no plenário-DEM e PSDB já sinalizaram que pretendem incluir Judiciário e Ministério Público no texto. A medida tem o apoio do Cidadania e do Novo, por exemplo. Nesta quinta, o relator afirmou que, no plenário, vai votar a favor da inclusão do Judiciário na reforma. "Meu voto será sempre pela inclusão de todos", afirmou.

Na reunião, Maia defendeu ainda que o texto aprovado nesta quinta era uma construção do Legislativo, e não o projeto do governo. "Nós avançamos em manter todos os direitos dos **servidores públicos**", disse. "Expectativas de direito foram todas elas preservadas. Todas. Essa PEC não atinge nenhum servidor na ativa no dia de hoje."

Veja os principais pontos aprovados

Previsão de estabilidade a todos os servidores, ainda que com possibilidade de demissão por desempenho insuficiente

Possibilidade de perda de cargo se o posto for extinto por ter se tornado desnecessário ou obsoleto

Corte transitório de jornada de trabalho em até 25%, com redução de remuneração correspondente em caso de crise fiscal

Autorização para cooperação de União, estados e municípios com a iniciativa privada sem contrapartida definida por lei para realização de serviços públicos

Permissão para contratação temporária pelo prazo máximo de dez anos

Travas para "privilégios" e fim da aposentadoria

compulsória como modalidade de punição

Definição de carreiras consideradas típicas de estado

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49678>

Para oposição, projeto é 'declaração de guerra'

ADRIANA FERRAZ

A reação diante de uma nova proposta de reforma da Previdência não foi boa nem entre os vereadores da base do prefeito Ricardo Nunes (MDB).

Assim como os representantes da oposição ao governo na Câmara, eles temem o impacto que o tema possa provocar em suas bases eleitorais, muitas das quais formadas por **servidores públicos** da educação, saúde ou segurança pública.

Para a vereadora Luana Alves (PSOL), a proposta de Nunes é uma "declaração de guerra aos servidores". A parlamentar disse ser "impensável" tributar aposentados que recebam pouco mais que o salário mínimo, hoje em R\$ 1,1 mil, no momento atual de pandemia e crise econômica.

"Muitos deles são arrimo de família, sustentam uma casa com essa renda. Isso atinge mais pobres", afirmou Luana, que também contesta a inclusão de servidores da rede indireta, que costumam ter salários menores, na proposta.

Dono da terceira maior bancada da Câmara, com seis vereadores, o PSOL deve se juntar ao PT, que tem oito representantes, para combater o projeto.

O presidente da Câmara, Milton Leite (DEM), declarou que vai se reunir com os líderes para definir se criará uma comissão especial ou não.

"É claro que não dá para penalizar os níveis do funcionalismo que já recebem menos. Vai haver resistência e vamos ver se o prefeito tem mesmo base para aprovar seu projeto. Será um teste", afirmou Antonio Donato (PT).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Nos bastidores, Lira articula rapidez de projetos



Israel Medeiros

Na tentativa de destravar a agenda de reformas e a PEC dos Precatórios, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), tem agido nos bastidores para dar celeridade à tramitação dos projetos. O presidente da Câmara fez duas reuniões na última semana com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para falar dos precatórios - projeto que permitirá ao governo ampliar o Bolsa Família para tentar recuperar alguma popularidade com vistas às eleições do ano que vem.

Em outras áreas, Lira também tem buscado avançar. Ontem, ele designou o presidente interino do PP, o deputado André Fufuca (MA), para a relatoria do projeto do novo Refis - que é parte da **reforma tributária** fatiada proposta pelo Ministério da Economia. Trata-se de um alívio nas dívidas tributárias das empresas, que poderão renegociá-las em condições e prazos mais favoráveis.

Ao Correio, o parlamentar falou sobre o novo projeto e disse que entende que a renegociação de dívidas com a União deve valer apenas para empresas que comprovarem perdas na pandemia. Ele também contou que Lira o procurou para a relatoria porque quer celeridade, tal como em outras pautas ligadas às reformas. "Ele me fez a solicitação, perguntou se eu aceitaria. Pedi para avançarmos, porque é um tema que vai ajudar na economia do país, a captar recursos para a União. É uma pauta importante para o crescimento da economia e o presidente Lira vê isso", afirmou.

Líder na mira

Se numa ponta o PP tenta tocar os projetos de interesse das suas lideranças, em outra, enfrenta problemas com um dos seus principais caciques, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PR). O Ministério Público Federal (MPF) voltou a pedir o bloqueio de quase R\$ 20 milhões em bens do deputado, em uma ação de improbidade administrativa que mira contratos firmados enquanto ele chefiou o Ministério da Saúde na gestão do ex-presidente Michel **Temer** (MDB). A medida também alcança quatro ex-servidores da pasta e a empresa Global Gestão em Saúde.

O pedido, assinado pela procuradora da República Carolina Martins Miranda de Oliveira, foi enviado na última quarta-feira, ao juízo da 22ª Vara Federal do Distrito Federal. Ela renovou o requerimento depois que os réus foram intimados a prestar informações.

Os contratos questionados pelo Ministério Público Federal envolveram a compra de remédios para o tratamento de doenças raras. O Ministério da Saúde fez o pagamento antecipado de R\$ 19,9 milhões, mas nunca recebeu os medicamentos. A investigação apontou que o desabastecimento teria provocado a morte de ao menos 14 pacientes e agravado o quadro uma centena de pessoas que dependiam do tratamento.

O MPF atribui as irregularidades a "motivos não republicanos" e diz que os contratos "perpassam a imoralidade e o descumprimento de normas da administração pública". A Global Gestão em Saúde também pertence a Francisco Maxiamiano, sócio da Precisa Medicamentos, que ganhou o noticiário após ter entrado na mira da CPI da Covid sob suspeita de irregularidades no contrato para compra da vacina indiana Covaxin.

Desoneração de empresas é essencial para manter empregos

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Guedes quer Legislativo à frente da nova CPMF

Lu Aiko Otta e Raphael Di Cunto

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

Propostas tributária e para IR podem tramitar juntas, diz Pacheco

Renan Truffi

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

Fundos e reforma tributária: pontos importantes a endereçar - PALAVRA DO GESTOR

Guilherme Ferreira e Bruno Gomes são sócios da Jive Investments

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015

Governo e Congresso negociam 7 opções para quitar os precatórios

HENRIQUE GOMES BATISTA
henrique.batista@oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Proposta da Economia é "pacote antiambiental", dizem entidades

Daniela Chiaretti e Mariana Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

Presidente liberal quer taxar ricos no Equador

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

Inflação subestimada (Editorial)

Projetava-se, em janeiro, que a **inflação** deste ano ficaria em torno de 3,3%, e patamar semelhante era esperado para os juros do Banco Central. Hoje, previsões para IPCA e Selic rondam os 8,5%, em indicativo eloquente do enfraquecimento da política econômica.

Na quarta-feira (22), o BC elevou sua taxa em 1 ponto percentual, para 6,25%, e indicou que prosseguirá no aperto monetário; não é improvável que o processo tenha continuidade em 2022. O país se desgarrar, assim, do padrão de relativa normalidade dos últimos três anos.

Entre 19 grandes economias do mundo, o Brasil deve registrar a terceira maior **inflação** neste 2021, atrás apenas da irremediável Argentina (47%) e da Turquia (17,8%), conforme levantamento da Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE). Trata-se, mostram os dados, de um problema doméstico.

É fato que houve uma alta global dos preços de produtos primários de exportação, mas no Brasil o fenômeno teve seu efeito amplificado pela desvalorização aguda da moeda nacional e pelas incertezas quanto à solidez das contas públicas - fatores diretamente ligados a ações do governo Jair Bolsonaro.

Adicionalmente, houve quebra de safras agrícolas e a crise hídrica, que encareceu a energia elétrica e ameaça levar ao racionamento.

O IPCA teve variação acumulada de 9,68% nos 12 meses encerrados em agosto. Neste século, esse índice de preços ao consumidor chegou aos dois dígitos em apenas duas ocasiões, ambas em meio a grande tensão política e econômica: em 2002-2003, na virada do governo tucano para o petista, o 2015-2016, na derrocada de Dilma Rousseff.

Não se pode subestimar, portanto, a gravidade da escalada inflacionária e seu impacto sobre o bem-estar das famílias e os humores do eleitorado. Conforme a pesquisa Datafolha deste mês, 69% dos brasileiros consideram que a situação econômica do país piorou nos últimos meses, 653% dizem que sua própria situação se deteriorou.

Há grande perigo quando o governo perde capacidade de conduzir expectativas de consumidores, empresários e investidores - e um ano de eleições

tende a ser um complicador. As projeções do mercado para o IPCA de 2022 estão em alta e já rondam 4,1%, acima da estimativa do BC (3,7%) e da meta fixada para o período (3,5%).

No mínimo, o descrédito da política econômica torna mais custoso, na forma de juros maiores e desemprego, o controle dos preços. Na pior hipótese, chega-se à trágica combinação de **inflação** elevada e retração da atividade.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49678>

Sem solução para precatório, cresce pressão por novo auxílio

Bernardo Caram Brasília

O governo considera alta a chance de uma nova prorrogação do auxílio emergencial caso não seja concretizada rapidamente uma solução para o crescimento da conta de precatórios -dívidas do governo fruto de sentenças judiciais e que não têm mais possibilidade de recurso.

A possibilidade entrou no radar de membros do governo diante do prazo curto para que o tema seja resolvido. O risco, para membros da equipe econômica, é que eventual renovação do auxílio tenha valor maior do que o vigente no programa que se encerra em outubro (R\$ 150 a R\$ 375). A avaliação é de que isso geraria descontrole na economia.

Para técnicos, o governo e o Congresso têm menos de um mês para aprovar proposta que limita os gastos com precatórios e abre espaço para o Bolsa Família turbinado.

A equipe econômica é contra a prorrogação do auxílio emergencial. Em busca de acelerar esse debate, governo e a cúpula do Congresso fizeram um acordo na terça-feira (21) para travar as despesas com precatórios.

Segundo relatos, a medida deve criar uma válvula de escape para liquidar parte dos débitos que forem adiados.

Os precatórios passariam a ser considerados uma espécie de moeda que poderia ser usada em uma série de funções.

O plano prevê uma autorização para que credores do governo possam usar esses títulos em privatizações, para comprar ações de estatais, pagar outorga de concessões, comprar imóveis públicos, compensar valores a receber em contratos de petróleo e abater débitos inscritos na dívida ativa.

Para estados e municípios, poderá ser feito um encontro de contas. Se um estado é dono de precatórios, mas tem dívidas com o governo federal, esses débitos poderão ser liquidados diretamente.

O objetivo imediato da equipe econômica é viabilizar o plano de redução do Estado defendido pelo ministro

Paulo Guedes (Economia) ao mesmo tempo em que evitaria um crescimento em bola de neve da conta de precatórios para os próximos anos.

Em conversas com membros do Judiciário, ministros foram informados de que os precatórios passam por uma espécie de bolha, que deverá se esvaziar nos próximos dois ou três anos, voltando gradualmente à normalidade.

A conta de precatórios cresceu de R\$ 54 bilhões neste ano para R\$ 89 bilhões em 2022, o que comprime o Orçamento e inviabiliza o lançamento do Bolsa Família turbinado. Esse tema é tratado como o problema do momento pelo governo.

No acordo, está previsto um teto de R\$ 39 bilhões para esse gasto em 2022, o valor restante será empurrado para anos seguintes, entrando em uma fila por ordem cronológica de inscrição. A ideia é que débitos de pequeno valor tenham prioridade.

As medidas devem ser incorporadas a uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que tramita no Congresso.

Entre os pontos, também deve haver uma autorização para que precatórios inscritos nessa fila tenham pagamento antecipado, desde que haja um desconto de até 40% sobre o débito.

O credor também terá opção de parcelar esses débitos, alongando os pagamentos a uma taxa de remuneração mais elevada, com ganho acima da Selic (taxa básica de juros). Isso porque novos precatórios serão corrigidos apenas pelo valor da Selic.

Segundo fontes, o texto ainda não está fechado e pode haver mudanças.

A ideia do governo é que o mecanismo seja permanente. Ou seja, o crescimento do valor a ser pago anualmente em precatórios será limitado à variação da **inflação**.

O Judiciário poderá determinar pagamentos em valores maiores, mas o excesso de gasto acima do teto entrará na fila para pagamentos e terá à disposição esses mecanismos de abatimento, como a compra de imóveis, de ações e pagamento de dívida.

O plano do governo é resolver o problema dos precatórios e viabilizar um Bolsa Família (rebatizado de Auxílio Brasil) com benefício médio de R\$ 300 por família a um custo total próximo a R\$ 60 bilhões por ano. Hoje, a verba do programa é de R\$ 35 bilhões.

Para isso, será necessário solucionar o problema dos precatórios e aprovar a reforma do Imposto de Renda. Isso porque a taxaço de dividendos foi a fonte escolhida pelo governo para compensar esse gasto adicional com o programa social.

O novo programa deve ter público ampliado de 14 milhões para 17 milhões de famílias. O governo ainda estuda a criação de um benefício adicional, um vale gás que seria pago a famílias mais pobres.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

78

Não há possibilidade de racionamento de energia em 2021, afirma ONS

Nicola Pamplona rio de janeiro

O diretor-geral do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), Luiz Carlos Ciocchi, disse nesta quinta-feira (23) que o sistema elétrico terá como atendida demanda até o fim do ano sem a necessidade de racionamento compulsório de energia.

"Não há a possibilidade de racionamento em 2021", disse, em evento virtual promovido pelos jornais O Globo e Valor Econômico. Ele não descartou, porém, a possibilidade de problemas de atendimento aos horários de pico, quando o consumo é maior.

"Esse período de outubro a novembro é mais crítico, a carga aumenta, o calor, o uso de ar-condicionado aumenta, mas temos as termelétricas e acreditamos que teremos condição de enfrentar o atendimento com segurança." Também no evento, o secretário de Energia Elétrica do MME (Ministério de Minas e Energia), Christiano Vieira reforçou a avaliação do ONS, dizendo que as medidas já anunciadas vão garantir o abastecimento de energia este ano.

"Esse conjunto de medidas é suficiente hoje para atender os requisitos de energia e de potência de 2021 e 2022", afirmou. A expectativa é que a geração térmica continue em alta no ano que vem, garantindo a passagem pelo próximo período seco.

Em outubro, o governo deve fazer leilão emergencial para a contratação por cinco anos de térmicas hoje sem contrato, mas que vêm gerando energia a preços elevados para ajudar a enfrentar a crise.

O leilão visa a ajudar a encher novamente os reservatórios, hoje muito baixos. Com contratos mais longos, o governo espera reduzir o custo dessa energia emergencial.

Vieira reconheceu que a estratégia terá custo para o consumidor, mas disse que com a chegada das chuvas, o sistema terá que gerar energia hidrelétrica do Norte no início do ano e, assim, as térmicas mais caras devem ser desligadas.

"Vamos usar mais térmicas do que o normal, mas menos do que hoje" disse. "E o que fica de fora? As mais caras, menos eficientes." A térmica mais cara do Brasil hoje, William Arjona, em Mato Grosso do Sul,

opera hoje por R\$ 2.443 por MWh (megawatt-hora).

Para a economista-chefe do Credit Suisse Brasil, Solange Srour, as incertezas em relação ao abastecimento de energia têm impactado na decisão de investimentos no país. Além do risco de racionamento, diz, preocupa a pressão inflacionária gerada pela alta da conta de luz.

"O setor empresarial não está tomando decisão nenhuma", diz. "Entramos num ano com eleição muito polarizada e ao mesmo tempo podemos ter que reduzir compulsoriamente o consumo de energia, o que afeta muito não só a indústria, mas também o setor de serviços, que é o principal do PIB." O ONS anunciou que o programa de redução voluntária da demanda de energia por grandes clientes teve mais 205 MW (megawatts) em projetos aprovados.

BOLSONARO DIZ QUE BANHO FRIO "AJUDA O BRASIL"

"Se puder apagar uma luz na tua casa, apaga, eu peço, por favor. Não use elevador. Tomar banho é bom, mas se puder tomar banho frio é muito mais saudável, ajuda o Brasil. A gente pede a Deus que agora em novembro, final de outubro, venha chuva para valer no Brasil", disse o presidente durante sua live semanal, nesta quinta (23).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49678>

A escalada dos juros (Editorial)

Ainda assombrado pela inflação, o Brasil chegará ao réveillon, quase certamente, com juros básicos de 8,25% e novos aumentos previstos para os meses seguintes.

Mais entraves ao crescimento econômico e à criação de empregos, além de maiores custos para o Tesouro, serão alguns dos efeitos do aperto prometido pelo Copom, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC). A promessa ficou clara na última quarta-feira, quando foi anunciado o aumento da taxa básica para 6,25%. Foi a quinta alta consecutiva, em 2021, e pela segunda vez o acréscimo foi de 1 ponto percentual. Dentro de um mês e meio, na próxima deliberação, o patamar de 7,25% será provavelmente atingido, segundo o roteiro informado. Na última reunião do ano, em dezembro, a previsão do mercado, de 8,25%, poderá ser confirmada.

O desafio para o Copom é enorme. A inflação deste ano deve passar de 8%, superando amplamente o centro da meta, de 3,5%, e também o limite de tolerância, de 5,25%. O objetivo do comitê, agora, é domar a alta de preços em 2022 e conduzi-la à nova meta, fixada em 3,5%. Pela última projeção do mercado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve subir 4,1% no próximo ano e só chegar à meta (3,25%) em 2023, no começo do novo mandato presidencial. Também de acordo com a estimativa do mercado, a taxa básica de juros, a Selic, deverá estar em 8,5% em dezembro do próximo ano.

O BC procurou combinar, até recentemente, dois objetivos nem sempre conciliáveis: a contenção dos preços e o crescimento econômico. As novas pressões inflacionárias, segundo o Copom, eram passageiras e seria possível enfrentá-las com um ajuste gradual dos juros. Mas a inflação continuou avançando e chegou muito perto de 10% nos 12 meses terminados em agosto. Diante dessa realidade, o aperto monetário ficou mais forte e diminuiu a preocupação com o crescimento.

No jargão típico dos bancos centrais, a mudança é informada no comunicado de quarta-feira: "Neste momento, o cenário básico e o balanço de riscos do Copom indicam ser apropriado que o ciclo de aperto monetário avance no território contracionista". Em português corrente, o aviso seria mais alarmante: cuidem-se, porque vamos tratar da inflação e pôr de lado outros objetivos.

Esse é o recado mais importante da nota publicada

depois da última reunião. A mensagem é compatível com o compromisso, explicitado há alguns dias pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto, de fazer o necessário para frear os preços.

No cenário descrito no começo do comunicado aparecem com clareza os desafios do momento.

"A inflação ao consumidor segue elevada", a alta dos preços de bens industriais "ainda não arrefeceu e deve persistir no curto prazo" e os preços dos serviços têm subido mais velozmente. Além disso, "persistem as pressões sobre componentes voláteis, como alimentos, combustíveis e energia elétrica, que refletem fatores como câmbio, preços de commodities e condições climáticas desfavoráveis".

Chama a atenção a referência ao câmbio. A instabilidade cambial, com o dólar muito caro, tem persistido desde o ano passado. Mas esse fator nunca havia aparecido com destaque em notas ou atas do Copom, apesar de sua influência nos preços. O dólar muito valorizado, num país com sólido superávit comercial e razoável volume de reservas, como o Brasil, é efeito óbvio da incerteza sobre a consolidação fiscal e da insegurança criada pelo comportamento do presidente da República.

O presidente Jair Bolsonaro é uma fonte de instabilidade econômica e de pressões inflacionárias.

Dúvidas sobre a política fiscal e sobre os ajustes e reformas podem afetar a formação dos preços, de acordo com advertência repetida pelo Copom.

A principal fonte dessas dúvidas ocupa o gabinete principal do Palácio do Planalto, mas o comitê nunca explicitou esse ponto. O presidente do BC, no entanto, contou recentemente como é difícil cuidar da inflação num ambiente tão tenso. Resta descobrir se alguma taxa de juros será suficiente para neutralizar os efeitos de tanta insegurança.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Missão de fechar 2022 com inflação dentro da meta continua desafiadora (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Ameaça ao investimento em 2022

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Redução no consumo poderia zerar PIB em 2022

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Brasileiro deve pagar a conta da escassez até 2025

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Decreto pode aumentar Bolsa Família - CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

Temor de auxílio de R\$ 400 eleva pressão por precatórios e IR

Fabio Graner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

Receita de Estados tem alta forte com combustíveis e inflação

Marta Watanabe

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

Evergrande põe fim ao modelo chinês de 'construir e construir'

James Kynge e Sun Yu

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015?page=1§ion=1

PIB da agropecuária deverá crescer apenas 1,2%, diz Ipea

Rafael Walendorff De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015

Copom ainda fará o necessário para cumprir a meta ?

Análise Alex Ribeiro De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187015